



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 057/2018

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por intermédio de seu Pregoeiro, designado pelo Decreto Judiciário nº 251/2018, datado de 15/02/2018, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO, por lote, destinado exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, conforme disposições fixadas neste edital e seu(s) anexo(s). Tal procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Federais de nº 3.555/2000, 3.693/2000 e 5.450/2005, Decreto Estadual nº 7.468/2011 e, subsidiariamente, às normas da Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual nº 17.928/2012, em atendimento ao processo administrativo de nº 201806000109799.

DATAS E HORÁRIOS

- Recebimento das propostas** : a partir das 08h00 do dia 13/11/2018
- Abertura das propostas** : a partir das 08h00 do dia 14/11/2018
- Início da disputa de preços** : às 13h30 do dia 14/11/2018

OBJETO

1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada, para o fornecimento, sob demanda e pelo período de 12 (doze) meses, de gás liquefeito de petróleo GLP (gás de cozinha), acondicionado em botijões de 13 kg, 20 kg e 45 kg, de kits de instalação de gás e de botijões com carga de 13 kg, 20 kg e 45 kg, a serem entregues nas unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Goiás, conforme especificado no(s) anexo(s) deste Edital.

RECURSOS FINANCEIROS

2. As despesas decorrentes destas contratações são estimadas em R\$ 74.176,74 (setenta e quatro mil, cento e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos) e correrão à conta do Programa de Trabalho 2018.0452.02.061.4001.4001 (Apoio Administrativo), tendo por natureza de despesa o código, 3390.30.03 - Combustíveis e Lubrificantes para



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Outras Finalidades; 3390.30.33 - Material para Manutenção, Reparos e Conservação de Bens Imóveis; 4490.52.22 - Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos, constantes do vigente orçamento.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

e-mail: eguimaraes@tjgo.jus.br

fax : (062) 3236 2428

fone : (062) 3236 2433

3. Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de compreensão ou interpretação do edital e seus anexos, deverão ser formulados por escrito, ao Pregoeiro, preferencialmente via e-mail, em até 3 (três) dias úteis antecedentes à apresentação das propostas.

4. As consultas serão respondidas e publicadas no site do Tribunal de Justiça (www.tjgo.jus.br), na página da licitação, no link Relatório 2018.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

5. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

6. Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, nomeado(a) Pregoeiro(a), designado(a) pelo Decreto Judiciário nº 251/2018, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema “licitações-e” constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A.

IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

7. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório através de petição de impugnação a ser encaminhada ao Pregoeiro, via e-mail, assinada e digitalizada, ou ao Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

8. Não será admitida a impugnação do Edital via fax.



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

9. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição de impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da petição via e-mail ou após o recebimento da petição pela Secretaria da Comissão Permanente de Licitação.

10. Acolhida a petição contra o ato convocatório, serão designadas novas datas para a realização do certame.

11. Não serão conhecidas impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado para responder pela empresa interessada.

RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

12. O interessado deverá observar as datas e os horários limites previstos para apresentação e abertura da(s) proposta(s), atentando também para a data e horário de início da disputa.

REFERÊNCIA DE TEMPO

13. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

14. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

15. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a)** não possuam, em seu objeto social, a faculdade para prestação/comercialização dos serviços/produtos objeto desta licitação;
- b)** estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária com o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ou por qualquer outro órgão da Administração Pública;
- c)** sejam declarados inidôneos em qualquer esfera da Administração Pública;
- d)** estejam sob falência, concordata, recuperação judicial, dissolução ou liquidação.



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

CRENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

16. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

17. Para fins da obtenção de senhas, conforme o item anterior, as pessoas jurídicas ou empresas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar demais atos e operações no sistema licitações-e.

18. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar, junto ao Banco do Brasil, cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

19. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado.

20. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

21. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO

22. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

23. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site <http://www.licitacoes-e.com.br>, opção “**Acesso Identificado**”.



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

24. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O interessado será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

25. O certame será conduzido pelo Pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

26. A partir do horário previsto no edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

27. Quando da apresentação da proposta, para análise e aceitabilidade do Pregoeiro(a), deverá ser informado, no campo de apresentação das propostas, a descrição resumida dos serviços ofertados e o valor total do lote. O descumprimento implicará na desclassificação da proposta e consequente impossibilidade de participação na fase de lances.

28. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

29. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

30. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, mesmo que não supere o lance de menor valor registrado pelas concorrentes.

31. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

32. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja considerado manifestamente inexequível.

33. A etapa de lances da sessão pública será dividida em duas fases sendo a primeira, conduzida e encerrada pelo Pregoeiro(a) mediante aviso de fechamento iminente dos lances, e a segunda, resultante do transcurso de tempo randômico, de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

34. Facultativamente, o Pregoeiro(a) poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do tempo randômico. Após o encerramento da fase de lances, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta, diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, buscando a obtenção de melhor oferta, bem como decidir sobre sua aceitação.

35. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

36. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

37. O sistema informará, quando for o caso, a proposta de menor preço após negociação e decisão pelo Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

38. A proponente, primeira classificada, deverá apresentar obrigatoriamente, via e-mail (eguimaraes@tjgo.jus.br), no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos após o fechamento da sala de disputa, a proposta de preços atualizada e a documentação para fins de análise e habilitação. **Todos os documentos deverão ser originais, assinados e encaminhados em extensão “pdf”.** Após o recebimento o Pregoeiro verificará o cumprimento das exigências contidas neste Edital.

39. Estando a documentação e a proposta de preços em conformidade com as



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

exigências do Edital, a licitante será declarada vencedora do certame no sistema licitações-e.

40. Os documentos remetidos por meio eletrônico poderão ser solicitados, à qualquer momento, na forma original, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

41. Será desclassificada a empresa que descumprir o prazo estabelecido, sendo facultado ao Tribunal de Justiça convocar a(s) empresa(s) remanescente(s), obedecida a ordem de classificação.

42. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e, em sendo aceita a proposta, avaliará a habilitação do participante, situação essa que acontecerá sucessivamente, até a apuração de uma proposta aceitável e de documentação que atenda às exigências do Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

43. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado.

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

44. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO, por lote**, observadas as especificações contidas neste Edital.

45. Em obediência ao disposto no art. 40, X, da Lei nº 8.666/93, serão considerados, como preços máximos aceitáveis, os valores orçados pela Administração, para cada um dos lotes.

46. Será desclassificada proposta manifestamente inexecutable, assim entendida a que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

47. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

48. A proposta atualizada deverá conter:

- a) nome ou razão social da proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail);
- b) especificação dos serviços ofertados, de forma detalhada, contemplando todas as especificidades constantes do termo de referência, anexo deste edital;
- c) valores unitário e total de cada item e valor total de cada lote cotado;
- d) validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias e;
- e) data e assinatura da proponente.

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA HABILITAÇÃO

49. Para habilitação a licitante deverá apresentar documentação abaixo discriminada, colocada na ordem sequencial deste Edital.

49.1. documentação relativa à habilitação jurídica:

- a) prova de constituição da empresa, apresentada da seguinte forma:
 - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis;
 - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, se a atividade relativa ao objeto desta licitação assim o exigir;
- b) comprovação da condição de MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE através de “Declaração de Enquadramento” devidamente certificada pela Junta Comercial competente ou certidão que comprove tal condição, emitida pela Junta Comercial, no presente exercício.

49.2. documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal do domicílio ou sede da empresa interessada mediante Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União bem como as Contribuições Sociais;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual do domicílio ou



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

sede da empresa interessada, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás;

f) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da empresa interessada, expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber;

g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho;

49.2.1. Para as licitantes com sede em Estados Federativos em que a comprovação da regularidade junto à Fazenda Pública Municipal se dê através de duas certidões, uma relativa a tributos mobiliários e outra a tributos imobiliários, somente será exigida, para a habilitação neste certame, a primeira.

49.3. documentação relativa à qualificação técnica:

a) comprovação da capacitação técnico-operacional da empresa através de um ou mais atestados, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, atuante no mercado nacional, comprovando a prestação/fornecimento de serviços/produtos com características semelhantes às do objeto licitado.

49.4. documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

a) certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da empresa, emitida num período máximo de trinta (30) dias anteriores à data de realização do certame;

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

49.4.1. Serão considerados aceitos o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) publicados em Diário Oficial;

b) publicados em jornal;

c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

d) por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente, inclusive com



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

os Termos de Abertura e de Encerramento.

49.4.1. Serão analisados no balanço patrimonial os índices de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral que serão apurados com a observância dos resultados do ativo circulante, realizável a longo prazo, passivo circulante, exigível a longo prazo e ativo total.

49.4.2. As empresas constituídas no presente exercício civil, deverão apresentar o balanço de abertura ou o último balanço patrimonial levantado.

49.5. declarações:

a) declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame;

b) declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação;

c) declaração de fiel observância do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, nos termos da Lei Federal nº 9.854/99, art. 1º, na forma seguinte:

“Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, não ter em nosso quadro de empregados qualquer trabalhador menor de 16 (dezesesseis) anos de idade, exceto maiores de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. Declaramos ainda que nenhum trabalhador menor de 18 (dezoito) anos exerce trabalho noturno, perigoso ou insalubre em nossa empresa.”

d) Declaração da proponente, de não possuir vínculo com o Poder Judiciário, nos termos do art. 3º da Resolução nº 07, alterada pela Resolução nº 09, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, na forma seguinte:

“Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, ter conhecimento da vedação da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a esse Tribunal.”

e) Declaração da proponente, de não possuir vínculo com o Poder Judiciário, nos termos do art. 4º da Resolução nº 156/2012, do Conselho Nacional de Justiça, na forma seguinte:

“Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, ter conhecimento da vedação da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a ter entre seus empregados colocados à disposição do Tribunal de Justiça para o exercício de função de



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

chefia, pessoas que incidam na vedação constante dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça.”

50. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos no presente Edital e seu(s) Anexo(s).

51. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seu(s) Anexo(s), o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

52. Os documentos de regularidade fiscal e trabalhista terão seus prazos de validade adstritos aos estabelecidos pelos respectivos órgãos expedidores. Caso não apresentem prazo de validade, somente serão aceitos se expedidos num período máximo de 60 (sessenta) dias antecedentes à apresentação das propostas com exceção do CNPJ que não tem validade estabelecida.

53. Havendo qualquer restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação em virtude do benefício concedido pela Lei Complementar Estadual nº 117/2015, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

54. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato.

55. A prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não será considerada como documento concernente à regularidade fiscal para fins do item anterior.

56. A licitante que apresentar, junto aos documentos de habilitação, o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em período não superior a 30 (trinta) dias anteriores à apresentação da proposta no sistema “licitações e”, ficará isenta da apresentação da documentação relativa à regularidade jurídica e fiscal.

57. O Certificado de Registro Cadastral (CRC), somente será emitido mediante o atendimento pleno de todos os documentos exigidos para o cadastro. Não serão emitidos certificados com pendências.



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

58. Uma vez apresentado o Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o Pregoeiro determinará, à Comissão de Registros Cadastrais, a conferência da validade de toda a documentação considerada isenta. Havendo qualquer documento com validade vencida e não tendo a licitante encaminhado outro válido, junto à documentação, tal situação implicará na desclassificação do licitante bem como na aplicação das sanções legais, salvo se a licitante for microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), às quais é permitida a regularização e apresentação de novos documentos de regularidade fiscal, em virtude do benefício concedido pela Lei Complementar Estadual nº 117/2015.

59. Não serão aceitos certificados de registro cadastral de outros órgãos públicos.

60. Não será aceito o certificado de registro cadastral extraído do SICAF, uma vez que as informações dos fornecedores ali contidas, tem validade exclusivamente, para os órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional, no âmbito do SISG (Sistema de Serviços Gerais), não se constituindo, em hipótese alguma, em documento comprobatório da regularidade de fornecedor junto a órgãos ou entidades não usuários do sistema.

DOS RECURSOS

61. Não serão conhecidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

62. Após declarado o vencedor, o sistema abrirá opção para os proponentes recorrerem das decisões do Pregoeiro podendo fazê-lo por um período de 24 (vinte e quatro) horas, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis, necessariamente via e-mail e em extensão "pdf" bem como em texto editável, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas, para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente.

63. A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, no prazo acima estabelecido, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro(a) autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

64. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada de forma motivada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

65. Os recursos contra decisões do Pregoeiro terão efeito suspensivo nos termos do art. 109, § 2º da Lei nº 8.666/93.

66. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

67. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, no 3º (terceiro) andar, do Anexo I do Tribunal de Justiça, à Rua 19, Q.A8, Lt. 06, Setor Oeste, em Goiânia-GO.

DA ADJUDICAÇÃO

68. Constatado o atendimento das exigências fixadas no ato convocatório, a licitante será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

DO CONTRATO

69. À licitante vencedora será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, para a assinatura do contrato, após convocação, sob pena de decair o direito de fornecimento.

70. A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legais.

71. É facultado ao Tribunal de Justiça, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar, respeitando a ordem de classificação, licitante remanescente para, estando o mesmo habilitado, efetuar o fornecimento, no prazo e condições propostas pelo primeiro licitante classificado.

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

72. Os serviços serão prestados nos prazos, condições e locais estabelecidos nos Termos de Referência.

DO PAGAMENTO

73. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos serviços



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

objeto da licitação, mediante apresentação da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(ais), devidamente atestada(s) pelo setor competente.

74. Caso o pagamento ocorra após o prazo estabelecido, por responsabilidade exclusiva do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sobre o mesmo incorrerá multa de mora com base no INPC do IBGE, *pro rata temporis*.

DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

75. A licitação de que trata o presente edital, poderá ser revogada ou anulada pela autoridade competente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, nos termos do art. 49, da Lei 8.666/93.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

76. Prestar os serviços em conformidade com o estabelecido no edital e anexo(s).

77. Comunicar ao titular da Divisão de Serviços Gerais da Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, todas e quaisquer ocorrências relativas aos serviços a serem prestados e, no caso da impossibilidade de prestação dos mesmos, comunicar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da ocorrência, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

78. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação, consoante o disposto no art. 71 da Lei nº 8.666/93.

79. Aceitar, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da compra.

80. Atender as obrigações constantes do Termo de Referência.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

81. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a contratação e prestação dos serviços.

82. Efetuar, através do titular da Divisão de Serviços Gerais da Diretoria



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, após apresentação da Nota Fiscal, o recebimento e aceite dos serviços.

83. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a empresa contratada prestar fora das especificações do edital e anexo(s).

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

84. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades:

- I** – advertência;
- II** – multa;
- III** – suspensão de contratar com o Tribunal de Justiça;
- IV** – impedimento de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça;
- V** – declaração de inidoneidade.

85. O Tribunal de Justiça, na quantificação da pena de multa, observará o seguinte:

- I** – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- II** – multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;
- III** – multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor da parte do fornecimento e/ou do serviço não realizado, ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

86. Sem prejuízo das multas aplicadas, poderá a Administração, ao seu interesse, rescindir o contrato em caso de atraso superior ao sexagésimo dia sobre o fornecimento parcial ou integral do objeto ou etapa do cronograma físico da obra não cumprido, se for o caso.

87. As multas serão descontadas de qualquer crédito da empresa contratada. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a contratada deverá recolhê-las nos prazos que o Tribunal de Justiça determinar ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

88. A penalidade de multa, que poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, e a sua cobrança, não isentará a obrigação de indenizar eventuais



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

perdas e danos.

89. A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração serão graduados pelos seguintes prazos:

I – 6 (seis) meses, nos casos de:

a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o CONTRATADO tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria/materiais fornecidos;

II – 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução do objeto, do serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.

III – 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

a) entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

b) paralisação de serviço ou do fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;

c) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual;

d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;

e) recusar a retirada da nota de empenho ou assinatura do contrato no prazo estabelecido, sem justa causa.

90. Ficará impedida de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça, pelo prazo de 2 (dois) anos, garantido o devido processo legal, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, a empresa que:

a) deixar de entregar documentação ou apresentar documentação falsa;

b) fraudar a execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo;

d) cometer fraude fiscal; ou

e) fizer declaração falsa.

91. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

92. É facultado ao Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, a promoção de



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

93. Fica assegurado ao Tribunal de Justiça o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

94. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas não sendo o Tribunal de Justiça, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório e de eventual cancelamento ou anulação do certame ou de parte de seu objeto.

95. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

96. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro(a) em contrário.

97. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal de Justiça.

98. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

99. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito ao fornecimento do objeto licitado.

100. A ata referente à sessão pública deste certame, além da publicação de seu extrato no Diário de Justiça Eletrônico, bem como os atos e os procedimentos relativos aos recursos interpostos e as respostas a eventuais pedidos de esclarecimento serão divulgados, para conhecimento público, na internet, no site <http://www.tjgo.jus.br> na página Licitação/Relatório 2018.

101. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520/02, Lei Estadual nº 17.928/2012, Decreto Estadual nº 7.468/2011 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, e à legislação comum, que se aplicará, inclusive, aos casos omissos.

102. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

estritamente informal, sendo as demais, formuladas por escrito até 03 (três) dias consecutivos antes da realização do certame.

102. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o desta Capital, com exclusão de qualquer outro.

Para conhecimento dos interessados, lavrou-se o presente edital, que será afixado no quadro da Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, localizado no térreo do edifício do Palácio da Justiça, à Avenida Assis Chateaubriand, nº 195, Setor Oeste, em Goiânia-GO e publicado na internet, no endereço www.tjgo.jus.br, estando a Secretaria à disposição dos interessados para mais informações, no horário de 08h00 às 18h00, através dos telefones (062) 3236-2433 e 3236-2435 ou pelo e-mail licitacao@tjgo.jus.br.

Goiânia, 25 de outubro de 2018.

Elma Guimarães
Pregoeira



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 057/2018 – PREGÃO ELETRÔNICO

MINUTA CONTRATUAL

Contrato para a prestação de serviços de fornecimento, sob demanda e pelo período de 12 (doze) meses, de gás liquefeito de petróleo GLP (gás de cozinha), acondicionado em botijões de 13 kg, 20 kg e 45 kg, de kits de instalação de gás e botijões com carga de 13 kg, 20 kg e 45kg, nas unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Goiás, que entre si celebram o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS e a empresa

Pelo presente contrato firmado à vista dos autos nº 201806000109799, e do Despacho Homologatório nº ____/2018, fls.____, da Licitação Nº 057/2018, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**, situado na Av. Assis Chateaubriand, nº195, Setor Oeste, cidade de Goiânia-GO, inscrito no CNPJ sob o nº 02.050.330/0001-17, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Diretora Geral, **Srª Aparecida Auxiliadora Magalhães Santos**, brasileira, servidora pública, residente e domiciliada nesta capital, e a empresa _____, situada _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. _____, Portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, têm entre si justo e combinado o presente contrato, oriundo da licitação realizada, conforme Edital Nº 057/2018, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por lote, sob sujeição às normas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações, bem como da Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, Resolução nº 114, do Conselho Nacional de Justiça, e Resolução nº 09/2012 da Corte Especial do Tribunal de Justiça, no que couber, e demais normas aplicáveis, observadas as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato o fornecimento, sob demanda e pelo período de 12 (doze) meses, de gás liquefeito de petróleo GLP (gás de cozinha), acondicionado



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

em botijões de 13 kg, 20 kg e 45 kg, de kits de instalação de gás e de botijões com carga de 13kg, 20kg e 45kg, a serem entregues nas unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Goiás.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Este ajuste está vinculado ao Edital de Licitação N° 057/2018, na modalidade Pregão Eletrônico e seus anexos, bem como aos termos da proposta da CONTRATADA que passa a integrar como parte inseparável, o presente contrato, como se transcritos fossem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor da contratação é de R\$ _____ (_____).

Parágrafo único. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante recibo, ao gestor do contrato, que providenciará o ateste e a formalização de procedimento administrativo.

§1º No encaminhamento da Nota Fiscal/Fatura para pagamento, esta deverá vir acompanhada do comprovante do recolhimento do Imposto sobre Serviços – ISS, devidamente pago, correspondente aos serviços prestados ou o documento de arrecadação do ISS para que o CONTRATANTE efetue a retenção e recolhimento do tributo.

§2º Caso o pagamento ocorra após o prazo estabelecido, por responsabilidade exclusiva do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sobre o mesmo incorrerá multa de mora com base no INPC do IBGE, *pro rata temporis*.

§3º Os autos de pagamento serão instruídos, no mínimo, com os seguintes documentos:



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

- I – Certidão de Regularidade do FGTS;
- II – Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- III – Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

§4º A ausência de qualquer documento ou a ocorrência de qualquer fato de responsabilidade da CONTRATADA que impeça a regular tramitação do procedimento de pagamento implicará na suspensão do prazo previsto no *caput* da presente cláusula, isentando o contratante de qualquer responsabilidade pelo atraso no pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária 2018.0452.02.061.4001.4001, nos elementos de despesa 3390.30.03 - Combustíveis e Lubrificantes para Outras Finalidades; 3390.30.33 - Material para Manutenção, Reparos e Conservação de Bens Imóveis; 4490.52.22 - Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos, constantes do vigente orçamento, conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em _____, no valor de R\$ _____(_____).

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1 – A CONTRATADA deve:

1.1 Executar os serviços conforme especificações da proposta, Edital, Termo de Referência e anexos, em perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

1.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

1.4 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

1.5 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

§1º A inadimplência da CONTRATADA em relação aos seus trabalhadores e fornecedores não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.

§2º São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a) a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
- b) subcontratação para a execução do objeto deste contrato, sem a prévia e expressa autorização do contratante;
- c) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

2 - O CONTRATANTE deve:

2.1 Efetuar o pagamento do valor resultante da prestação dos serviços à CONTRATADA após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo gestor do contrato;

2.2 Proporcionar as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as disposições deste contrato, do Edital e de seus respectivos anexos;

2.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, com o ato convocatório e com os termos de sua proposta;

2.4 Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para a sua correção;

2.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a CONTRATADA prestar em desacordo com o estabelecido neste instrumento, no Edital e seu anexos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial deste contrato, poderá o CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA, garantida a prévia defesa, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – suspensão de contratar com o Tribunal de Justiça;



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

- IV – impedimento de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça;
- V – declaração de inidoneidade.

§1º O Tribunal de Justiça, na quantificação da pena de multa, observará o seguinte:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

III – multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor da parte do fornecimento e/ou do serviço não realizado, ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

§2º Sem prejuízo das multas aplicadas, poderá o Contratante, ao seu interesse, rescindir o contrato em caso de atraso superior ao sexagésimo dia sobre o fornecimento parcial ou integral do objeto ou etapa do cronograma físico da obra não cumprido, se for o caso.

§3º As multas serão descontadas de qualquer crédito da CONTRATADA. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a CONTRATADA deverá recolhê-las nos prazos que o Tribunal de Justiça determinar ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

§4º A penalidade de multa, que poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, e a sua cobrança, não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

§5º A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração serão graduados pelos seguintes prazos:

I – 6 (seis) meses, nos casos de:

a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o CONTRATADO tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria/materiais fornecidos;

II – 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução do objeto, do serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.

III – 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

a) entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

b) paralisação de serviço ou do fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

- c) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual;
- d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;
- e) recusar a retirada da nota de empenho ou assinatura do contrato no prazo estabelecido, sem justa causa.

§6º Ficará impedida de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça, pelo prazo de 2 (dois) anos, garantido o devido processo legal, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

- a) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
- b) fraudar a execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo;
- d) cometer fraude fiscal; ou
- e) fizer declaração falsa.

§7º Reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993 e artigo 81, III, da Lei Estadual nº 17.928/2012.

§8º O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

§9º Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

§10 Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

§11 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

§12 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

§13 O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§1º A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§2º As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

São motivos para a rescisão do presente Contrato os elencados no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, que obedecerá às disposições dos artigos 79 e 80, da Lei nº 8.666/93.

§1º A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

§2º O presente instrumento pode ser rescindido unilateralmente pelo Tribunal de Justiça antes do prazo estabelecido, mediante comunicação prévia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitando o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBORDINAÇÃO LEGAL

As partes submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, da Lei Estadual nº 17.928/2012 e legislação comum, que se aplicará, inclusive, aos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO

Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor o(a) Diretor(a) da Divisão de Serviços Gerais da Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.



Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento tem vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas que porventura surgirem em decorrência da execução do presente contrato.

E por estarem justas e combinadas, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo.

Goiânia, aos ____ dias do mês de _____ de 2018.

Aparecida Auxiliadora Magalhães Santos
Diretora Geral do Tribunal de Justiça de Goiás
CONTRATANTE

(REPRESENTANTE DA EMPRESA)
CONTRATADA

Testemunhas: _____



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO II

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 057/2018 – PREGÃO ELETRÔNICO

TERMO DE REFERÊNCIA



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria Administrativa – Divisão de Serviços Gerais

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda e pelo período de 12 (doze) meses, de gás liquefeito de petróleo GLP (gás de cozinha), acondicionado em botijões de 13kg, 20 kg e 45kg, de kits de instalação de gás e de botijões com carga de 13kg, 20kg e 45kg, a serem entregues nas unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Goiás, especificadas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 MOTIVAÇÃO

Em razão do término do contrato vigente, oriundo do Edital nº 050/2017, em 21 de dezembro de 2018 e da necessidade de manutenção do fornecimento.

2.2 OBJETIVO A SER ALCANÇADO

A aquisição de gás combustível GLP envasado em botijões visa atender às necessidades das copas deste Poder, no que se refere à preparação de chá /café e demais alimentos quentes, destinados aos servidores, magistrados e público externo.

Visa atender às necessidades das divisões de Material e Patrimônio, no que diz respeito ao funcionamento das empilhadeiras a combustão, que operam a gás GLP.

2.3 BENEFÍCIOS RESULTANTES

Atendimento das demandas mensais realizadas pelas áreas administrativas e judiciárias deste Poder.

2.4 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O objeto tem conexão com o plano estratégico, objetivo 12, pois visa garantir a economicidade dos recursos por meio do aperfeiçoamento dos processos de aquisição e utilização de serviços necessários à prestação jurisdicional.

2.5 NECESSIDADE DE AGRUPAMENTO DE ITENS

Tendo em vista que o objeto engloba a contratação de fornecimento de gás



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria Administrativa – Divisão de Serviços Gerais

liquefeito de petróleo GLP, é necessário o agrupamento dos itens, em um único lote/grupo por guardarem similaridade em suas características, a fim de propiciar maior economia do custo operacional e favorecer a eficiência da gestão contratual.

2.6 ESTUDOS ACERCA DO IMPACTO AMBIENTAL

Não foram elaborados estudos acerca do impacto ambiental.

2.7 NATUREZA DO SERVIÇO

Trata-se de serviço de natureza não continuada, que serão realizados sob demanda e por preço unitário.

2.8 TIPO DE CONTRATAÇÃO

A modalidade de licitação eleita para a contratação é o pregão eletrônico, por menor preço global, tendo em vista tratar-se de serviço comum.

2.9 ESTUDOS PRELIMINARES

Para elaboração deste Termo de Referência foram considerados estudos de editais de objetos semelhantes ao que se quer contratar, realizados por esse órgão de Justiça.

2.10 TIPO DE BEM OU SERVIÇO

Trata-se de serviço comum que pode ser prestado por um mesmo fornecedor.

2.11 RELAÇÃO ENTRE DEMANDA E QUANTIDADE A SER CONTRATADA

A demanda está fundamentada no fornecimento dos últimos 12 (doze) meses (julho/2017 a junho/2018), demonstrado no proad 201806000109799.

3. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO APURADO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÁXIMA ESTIMADA ANUAL
1	Gás liquefeito de petróleo (GLP), carga de 13 kg	450
2	Gás liquefeito de petróleo (GLP), carga de 20 kg	50
3	Gás liquefeito de petróleo (GLP), carga de 45 kg	85
4	Kit de Instalação gás de botijão GLP fogão de piso = 1 regulador de gás 2,8 KPA bico mamadeira; 1 mangueira plástica de 1,25 mts e 2 abraçadeiras sem fim.	75
5	Botijão de gás, vasilhame de 13 kg, com carga	03*
6	Botijão de gás, vasilhame de 45 kg, com carga	02*

* Os vasilhames de P-13 serão distribuídos da seguinte forma: 2 (dois) na Justiça



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria Administrativa – Divisão de Serviços Gerais

Móvel e 1 (um) no Centro Judiciário de Solução de Conflitos do Fórum Cível e os 2 (dois) P-45 irão para Junta Médica quando do término da adequação que consta no PROAD n. 201806000109799.

4. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1 O fornecimento se refere:

a) à carga, de vasilhames de 13kg, 20 kg ou 45kg, sendo que no momento da entrega será devolvido um botijão de GLP vazio para cada botijão de GLP cheio que for fornecido;

b) aos botijões, vasilhames de 13kg, 20 kg e 45 kg com carga, sob demanda, quando necessário e;

c) aos kits de instalação, também sob demanda, quando necessário.

4.2 As recargas, os vasilhames com carga e os kits de instalação deverão ser entregues de forma parcelada, de acordo com requisição do gestor do contrato.

4.2.1 As solicitações para o fornecimento de gás pelas unidades descritas no item 5, deverão ser encaminhadas ao gestor do contrato, no e-mail servicosgerais@tjgo.jus.br, que, observada a conveniência administrativa, emitirá a requisição a Contratada, também por e-mail.

4.2.2 A contratada deverá acusar o recebimento do e-mail no prazo de 1 (uma) hora após o horário do envio. Decorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte de Contratada, a requisição será considerada como recebida e será iniciada a contagem do prazo de atendimento, conforme prescrito no item 4.3.

4.3 A empresa contratada deverá transportar o produto utilizando veículo e funcionários próprios e devidamente habilitados, e efetuar a entrega em 2 (duas) horas para o Município de Goiânia, 3 (três) horas para o Município de Aparecida de Goiânia e 4 (quatro) horas para o Município de Anápolis, após a o recebimento da requisição.

4.4 Ao chegar ao local do atendimento, o funcionário da contratada deverá se apresentar ao servidor do Poder Judiciário, designado para receber a entrega, com a requisição e com o comprovante de entrega. Esse último deverá ser assinado e carimbado pelo servidor e posteriormente encaminhado pela Contratada a Contratante para fins de prestação de contas.

4.4.1 Será de responsabilidade do servidor que recebeu a entrega a sua



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria Administrativa – Divisão de Serviços Gerais

conferência.

4.5 As entregas deverão ocorrer no horário e nos dias normais de expediente da Contratante (das 8:00 às 17:30 horas), sendo que a Contratada ficará totalmente responsável por qualquer tipo de dano, avaria, inclusive por ocasião de acidente de trabalho.

4.6 Todo o material, mão de obra e equipamentos necessários à execução dos serviços será fornecido pela Contratada.

4.7 A Contratada deverá substituir, no mesmo prazo da entrega, sempre que necessário e solicitado pela Contratante, qualquer botijão que apresentar vícios ou defeitos, garantindo-o contra defeitos de fabricação, mesmo após ter sido recebido e dado como em pleno funcionamento.

4.8 Todas as solicitações de serviço deverão ser encaminhadas à Divisão de Serviços Gerais da Diretoria Administrativa que as encaminhará a empresa Contratada.

5. DOS LOCAIS DE ENTREGA

Anápolis	1º Juizado Especial Cível	Rua 29 de Dezembro, Qd. 01 Lt. 01 – Vila Esperança
	2º Juizado Especial Cível	
	Fórum Anápolis	Av. Senador José Lourenço Dias, 1311 - Centro
	Juizado da Infância e Juventude	Av. Miguel João, 145 - Centro
Aparecida de Goiânia	Fórum Aparecida de Goiânia	Rua Versales Qd. 03 Lt. 08 – Residencial Maria Luiza
	Fórum Garavelo	Av. Presidente Vargas esq. com Av. Atlântica – Goiânia Park Sul
Goiânia	2º Juizado Especial Cível	Av. Iguaçu com Rua Cruz Alta, Qd. - Jardim Novo Mundo
	4º Juizado Especial Cível	Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, Praça Universitária, Setor Universitário
	6º Juizado Especial Cível	Av. Iguaçu com Rua Cruz Alta, Qd. 48 - Jardim Novo Mundo
	Apoio as Copas	Tribunal de Justiça – Av. Assis Chateaubriand, 195 – Setor Oeste
	Auditoria Militar	Av. Ananguera esq. com Rua 17 – Bairro Aeroviário
	Centro Educacional Infantil	Rua 111-A, 46, Qd. F17 – Setor Sul
	Coordenadoria de Obras (Engenharia)	Rua 18, 508, Qd.A9, Lt.01 – Setor Oeste
	Depósito Arquivo Judicial	Av. José Inácio Sobrinho, Qd. Área



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria Administrativa – Divisão de Serviços Gerais

	GL1B – Setor Marabá
Depósito Público	Av. Angélica esq. Com Av. Planalto – Jardim Bela Vista
Divisão de Material	Av. PL-03, Qd. C Lt. 04, esq. com Av. Olinda – Park Lozandes
Divisão de Patrimônio	
Centro Judiciário de Solução de Conflitos - Fórum Cível	Av. Olinda esq. com Rua PL-03, Qd. G Lt. 04 – Park Lozandes
Fórum Criminal Desembargador Fenelon Teodoro Reis	Rua 72, 312, Qd. 15-C Lt. 15/19 – Jardim Goiás
Gráfica	Av. Planalto esq. Com Av. Angélica – Jardim Vista Bela
Juizado da Infância e Juventude	Av. T-47 c/ T-30, 669 – Setor Bueno
Junta Médica	Praça Cícero Romão (ANTIGA Praça dos Violeiros) – Setor Urias Magalhães
Justiça Móvel de Trânsito	Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, Praça Universitária, Setor Universitário

5.1 Durante a execução do contrato novas unidades poderão ser incluídas, porém as quantidades permaneceram inalteradas.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1 A proponente deverá apresentar a autorização para o exercício da atividade de distribuição e/ou revenda varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP), conforme regras e requisitos estabelecidos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP).

7. RECEBIMENTO

7.1 O objeto deste Termo de Referência será recebido da seguinte forma:

I – provisoriamente, no ato da entrega e;

II – definitivamente, mediante atesto na nota fiscal pelo gestor do contrato.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1 Fica designado(a) como gestor(a) o(a) Diretor(a) da Divisão de Serviços Gerais da Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria Administrativa – Divisão de Serviços Gerais

8.2 Cabe ao Gestor, acompanhar a execução do objeto, atestar a nota fiscal apresentada, e solicitar qualquer correção dentro do prazo do item 4.7.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Os botijões de gás deverão estar de acordo com as especificações, bem como, diretrizes e normas previstas pela Agência Nacional de Petróleo – ANP e/ou outros órgãos competentes que disciplinem o abastecimento nacional de derivados de petróleo, gás e fontes alternativas de energia.

9.2 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratante, atendendo em até 24 (vinte e quatro) horas a quaisquer reclamações referentes ao objeto contratado.

9.3 Entregar o objeto dentro das quantidades, especificações e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

9.4 Arcar com todas as despesas decorrentes do transporte, assim como quaisquer outras afetas à entrega do objeto.

9.5 Comunicar, por escrito, ao Diretor da Divisão de Serviços Gerais, qualquer motivo que impossibilite o fornecimento do objeto, nas condições pactuadas.

9.6 Responder por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a prestação dos serviços.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Permitir o acesso dos empregados autorizados da Contratada, através de documento encaminhado por ela que contenha o nome, CPF e matrícula de seu empregado.

10.2 Efetuar o pagamento nos prazos e condições previstos neste Termo.

10.3 Rejeitar totalmente ou em parte, qualquer produto que não esteja de acordo com as exigências deste Termo.

10.4 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada.

10.5 Comunicar a Contratada qualquer irregularidade constatada no



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria Administrativa – Divisão de Serviços Gerais

fornecimento do objeto.

10.6 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada.

10.7 Notificar a Contratada, caso verifique qualquer irregularidade.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado mensalmente, mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias, após o recebimento do objeto e depois de cumpridos os seguintes requisitos:

- a) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão, acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA; Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS; Certidão de Regularidade do FGTS-CRF, comprovando regularidade com o FGTS; Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- b) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a CONTRATADA; e

11.2 Para execução do pagamento de que trata o subitem anterior, a CONTRATADA deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível e em nome do Fundo de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário, CNPJ nº 02.050.330/0001-17, o nome do banco, o número de sua conta bancária e a respectiva agência.

11.3 Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria Administrativa – Divisão de Serviços Gerais

11.4 O pagamento somente será realizado após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições, bem como da conferência e ateste pelos Gestores do Contrato da nota fiscal apresentada.

11.5 A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, bem como da nota de empenho, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

11.6 A nota fiscal apresentada em desacordo com a nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento ou impeça a liquidação da despesa, será devolvida à CONTRATADA e, nesse caso, o prazo previsto no item 9.1 será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

11.7 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11.8 Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar igualdade de CNPJ, ressalvando-se aquele que o próprio órgão emissor declara expressamente no referido documento que ele é válido para todos os estabelecimentos-sede e filiais do contratante.

11.9 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

11.10 Qualquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicada ao TJGO, por meio de ofício, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação;

11.11 O pagamento efetuado pelo TJGO não isenta A CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

10.12 Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela CONTRATADA no Protocolo.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria Administrativa – Divisão de Serviços Gerais

12. VIGÊNCIA CONTRATUAL

O contrato terá vigência por 12 (doze) meses a partir de sua assinatura.

13. ESTIMATIVA DE CUSTOS

13.1 O custo máximo aceito pela Administração Pública para a prestação dos serviços foi inicialmente levantado pela Divisão de Serviços Gerais e poderá ser apurado continuamente pela Divisão de Compras, se necessário for, por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado com empresas do ramo de atividade, bem como em contratações similares de outros órgãos públicos ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

13.2 A proposta conterà todas as despesas para realização dos serviços tais como: impostos, taxas, tributos, transportes e pagamentos de funcionários, ferramentas, materiais, equipamentos e todos os acessórios e meios necessários para pronta entrega em cumprimento dos serviços contratados.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para aquisição do objeto do presente termo de referência correrão à conta de recursos orçamentários próprios do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

15. DAS SANÇÕES

15.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades:

I – advertência

II – multa;

III – suspensão de contratar com o Tribunal de Justiça;

IV – impedimento de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça;



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria Administrativa – Divisão de Serviços Gerais

V – declaração de inidoneidade.

15.2 O Tribunal de Justiça, na quantificação da pena de multa, observará o seguinte:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa o adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

III – multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor da parte do fornecimento e/ou do serviço não realizado, ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

15.3 Sem prejuízo das multas aplicadas, poderá a Administração, ao seu interesse, rescindir o contrato em caso de atraso superior ao sexagésimo dia sobre o fornecimento parcial ou integral do objeto ou etapa do cronograma físico da obra não cumprido, se for o caso.

15.4 As multas serão descontadas de qualquer crédito da empresa contratada. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a contratada deverá recolhê-las nos prazos que o Tribunal de Justiça determinar ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15.5 A penalidade de multa, que poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, e a sua cobrança, não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

15.6 A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração serão graduados pelos seguintes prazos:

I – 6 (seis) meses, nos casos de:

a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o CONTRATADO tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria/materiais fornecidos;

II – 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução do objeto, do serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria Administrativa – Divisão de Serviços Gerais

III – 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

- a) entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- b) paralisação de serviço ou do fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;
- c) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual;
- d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;
- e) recusar a retirada da nota de empenho ou assinatura do contrato no prazo estabelecido, sem justa causa.

15.7 Ficará impedida de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça, pelo prazo de 2 (dois) anos, garantido o devido processo legal, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, a empresa que:

- a) deixar de entregar documentação ou apresentar documentação falsa;
- b) fraudar a execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo;
- d) cometer fraude fiscal; ou
- e) fizer declaração falsa.

15.8 O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

16. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

16.1 A empresa contratada deverá adotar, sempre que possível, as seguintes práticas de sustentabilidade no fornecimento dos produtos, no que couber:

- I – adquirir recipientes transportáveis de GLP cheios, em conformidade com os regulamentos técnicos do Inmetro;
- II – os recipientes transportáveis de GLP cheios deverão conter lacre de inviolabilidade da válvula de fluxo que informe a marca do distribuidor responsável pela



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria Administrativa – Divisão de Serviços Gerais

comercialização do produto e rótulo do distribuidor de GLP, contendo: data do envasilhamento, distribuidor que realizou o envasilhamento, distribuidor que realizará a comercialização, indicação de que o gás é inflamável, cuidados com a instalação, manuseio e procedimentos em caso de vazamento, telefone de assistência técnica e outras indicações que atendam às exigências do Código de Defesa do Consumidor;

IV – o armazenamento dos recipientes transportáveis de GLP deverão estar de acordo com a Norma da ABNT NBR15514:2007 versão corrigida 2008, e observadas a legislação estadual e municipal.

Goiânia, 2 de outubro de 2018.

Elaboração/solicitação:

Tatiana Rodrigues Ferreira
Diretora da Divisão de Serviços Gerais

De acordo:

Lillian Ferreira Leal de Moraes Couto
Diretora Administrativa

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 169103519217 no endereço <https://www.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 201806000109799

LILLIAN FERREIRA LEAL DE MORAES COUTO

DIRETOR(A) ADMINISTRATIVO(A)

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Assinatura CONFIRMADA em 02/10/2018 às 13:01

TATIANA RODRIGUES FERREIRA

ANALISTA JUDICIÁRIO

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Assinatura CONFIRMADA em 02/10/2018 às 14:22



ANEXO III
EDITAL Nº 057/2018 PREGÃO ELETRÔNICO
PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS

Item	Quant	Unidade	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1	450	Unidade	Gás liquefeito de petróleo (GLP), carga de 13 kg	R\$ 80,50	R\$ 36.225,00
2	50	Unidade	Gás liquefeito de petróleo (GLP), carga de 20kg	R\$ 129,00	R\$ 6.450,00
3	85	Unidade	Gás liquefeito de petróleo (GLP), carga de 45 kg	R\$ 276,64	R\$ 23.514,40
4	75	Unidade	Kit de Instalação gás de botijão GLP fogão de piso = 1 regulador de gás 2,8 KPA bico mamadeira; 1 mangueira plástica de 1,25 mts e 2 abraçadeiras sem fim	R\$ 69,37	R\$ 5.202,75
5	3	Unidade	Botijão de gás, vasilhame de 13 kg, com carga	R\$ 243,75	R\$ 731,25
6	2	Unidade	Botijão de gás, vasilhame de 45 kg, com carga	R\$ 1.026,67	R\$ 2.053,34
				VALOR TOTAL	R\$ 74.176,74

Goiânia, 25 de outubro de 2018.

Elma Guimarães
Pregoeira